

COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA

PROJETO DE LEI Nº 2.382, DE 2011

Altera a Lei nº 12.340, de 2010, para condicionar a transferência voluntária de recursos federais à existência e funcionamento de órgão de defesa civil no ente político favorecido.

Autor: Deputado ONOFRE SANTO AGOSTINI

Relator: Deputado GLADSON CAMELI

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 2.382, de 2013, visa incluir o art. 17-A na Lei nº 12.340, de 2010, o qual determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios somente receberão recursos financeiros federais decorrentes de convênios, acordos ou outros instrumentos similares mediante comprovação da existência e funcionamento de órgão próprio de defesa civil. A liberação de recursos em desacordo com essa disposição sujeitará o agente público responsável à perda de cargo, emprego ou função pública, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

O autor justifica a proposição argumentando que todos reconhecem a importância das instituições de defesa civil na prevenção de acidentes e desastres ecológicos, sendo necessário forçar os governos estaduais e locais a dotarem medidas efetivas para proteger seus administrados. Além disso, a medida já vigora para o caso de transferência de recursos para recuperação de estradas vicinais, por meio da Portaria nº 912/2008, do Ministério da Integração Nacional. O objetivo da proposição é estender essa exigência para todas as parcerias do governo federal com os governos estaduais, do Distrito Federal e municipais, tendo em vista a segurança dos cidadãos.

AE54D4A334

AE54D4A334

O Projeto de Lei em epígrafe foi apreciado e aprovado na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público com uma emenda. Esta acrescenta um artigo à proposição para definir o prazo de 180 dias para que os Entes Federados adequem-se às novas exigências. Encaminhado à Cindra, o PL não recebeu emendas, no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

A medida proposta no Projeto de Lei nº 2.382/2011, qual seja, o condicionamento da liberação de recursos federais para Estados, Distrito Federal e Municípios à existência e funcionamento de órgãos de defesa civil no Ente Federado, tem o objetivo de promover o fortalecimento institucional da defesa civil. Sem dúvida, trata-se de finalidade meritória, uma vez que a estruturação do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil instituído pela Lei nº 12.608, de 2012, é um passo fundamental para a gestão eficaz de desastres e o combate aos acidentes de diversas naturezas.

No entanto, consideramos que vincular o repasse de recursos federais à existência de órgão de defesa civil pode gerar complicadores indesejáveis à gestão de desastres e penalizar a população afetada ou que enfrenta situações de risco. Seria impensável, por exemplo, estabelecer dificuldades de acesso aos recursos federais por municípios atingidos por desastres, afetados economicamente e dependentes de ajuda financeira externa para desenvolver as ações de resposta e reconstrução.

Porém, mesmo para as ações preventivas, isto é, aquelas a serem desenvolvidas como estratégia para evitar que o desastre ocorra ou para minimizar os seus efeitos se o desastre ocorrer, mesmo para essas ações, a restrição prevista no Projeto de Lei nº 2.382/2011 afigura-se prejudicial. Tomemos alguns exemplos de ações preventivas: a relocação de população residente em área de risco para local seguro, a recuperação de vegetação nativa de áreas de risco de desabamento e enchente, as obras de contenção, a instalação de equipamentos de monitoramento etc. Se condicionássemos o repasse de recursos para o desenvolvimento de atividades como essas, não estaríamos promovendo a proteção das comunidades, mas sim contribuindo para o aumento de sua vulnerabilidade.

AE54D4A334

AE54D4A334

Portanto, consideramos que a proposição não alcança o objetivo pretendido, isto é, o de colaborar para a preparação da população para a ocorrência de desastres e acidentes, estimulando Estados e Municípios a implantar órgãos de defesa civil. Na ausência de tal órgão, Estados e Municípios ficariam impossibilitados de receber recursos federais por meio de convênios e acordos, o que dificultaria ainda mais sua estruturação para atender às demandas em defesa civil.

Entendemos que o fortalecimento institucional é necessário, mas deve ser buscado por outros caminhos que não o de limitação ao repasse de recursos federais.

Em vista desses argumentos, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 2.382, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado GLADSON CAMELI
Relator

AE54D4A334
AE54D4A334